

Maria Lucia Fattorelli - Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

O rentismo e a perda dos direitos previstos na CF 88

Apesar da crise, o lucro dos bancos cresce a cada ano e os direitos sociais são desrespeitados



Maria Lucia Fattorelli

O Brasil tem se transformado, cada vez mais, em um paraíso dos rentistas nacionais e internacionais. Além de pagarmos, historicamente, os juros mais elevados do planeta, turbinados por generosa atualização monetária automática e cumulativa, outros mecanismos têm proporcionado bilionários lucros ao setor financeiro, tudo isso regado a benesses tributárias e a isenção sobre remessas de lucros ao exterior.

Tais operações geram e multiplicam a dívida pública ao mesmo tempo em que exigem grandes somas de recursos orçamentários para sustentar essa elevada conta. Enquanto os lucros dos bancos crescem a cada ano, apesar da crise, os direitos sociais previstos na Constituição Federal são desrespeitados e cortados.

Neste breve artigo, elenco alguns desses mecanismos que têm gerado e multiplicado a dívida pública, a fim de reunir argumentos para contrapor o falso e recorrente discurso de que a única saída para o controle das contas públicas seria a austeridade sobre os gastos sociais e investimentos. O gasto que precisa ser controlado é o gasto financeiro, que tem crescido de forma exponencial e sem a devida transparência.

JUROS MAIS ELEVADOS DO MUNDO

Os juros elevadíssimos praticados no Brasil têm sido a principal causa da multiplicação da dívida

por ela mesma. A tabela a seguir, enviada pelo Banco Central à CPI da Dívida Pública, indica que em julho/2009 o Estoque Dívida Líquida era de R\$1,283 Trilhão, enquanto os **Juros acumulados eram de R\$1,530 Trilhão**, ou seja, o estoque era formado praticamente dos próprios juros. Em dezembro/2009, o Estoque de Títulos da Dívida Interna alcançou R\$2,036 Trilhão.

No período de 1995 a 2014, produzimos superávit primário de mais de R\$ 1 trilhão, decorrente de economia forçada em investimentos públicos essenciais, a fim de priorizar o pagamento dos elevados gastos com a dívida. Ainda assim, ao longo desses 20 anos, o estoque de títulos da dívida interna saltou de R\$ 85 bilhões para R\$ 4 trilhões. E continua crescendo exponencialmente, tendo superado R\$ 5 trilhões em dezembro/2017.

Um dos mecanismos que têm viabilizado essa multiplicação do estoque da dívida é a contabilização de grande parte dos juros como se fosse amortização, burlando-se a “regra de ouro” da Constituição (art. 167, III), que impede a emissão de títulos para pagar despesas correntes, dentre elas os juros. Esse fato foi denunciado pela CPI ao Ministério Público (<https://goo.gl/gBSGDW>). Ultimamente, devido à queda da inflação, está ficando difícil continuar praticando essa escandalosa pedalada fiscal e já se fala em alterar a Constituição para flexibilizar a chamada “regra de ouro”.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) – FATORES CONDICIONANTES (R\$ BILHÕES)

Discriminação	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00	Dez/01	Dez/02	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	Dez/08	Jul/09	TOTAL
Dívida líquida total - saldo	208,5	269,2	308,4	385,9	516,6	563,2	680,1	896,1	933,6	982,0	1.035,3	1.112,7	1.200,8	1.153,6	1.283,4	-
Dívida líquida - var.ac.ano	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
Fatores condicionantes	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
NFSP	-	45,0	51,6	68,2	56,3	39,8	42,8	65,3	87,2	54,1	72,6	83,9	71,5	57,2	56,7	852
Primário	-	0,7	8,3	-0,1	-31,1	-38,2	-44,0	-47,4	-56,8	-73,8	-84,4	-76,8	-89,7	-106,4	-38,4	-678
Juros nominais	-	44,2	43,3	68,3	87,4	78,0	86,8	112,8	144,1	128,0	157,0	160,7	161,2	163,7	95,1	1.530
Ajuste cambial	-	1,5	4,1	6,9	69,4	18,3	30,9	148,0	-66,1	-18,0	-20,0	-6,9	21,0	-77,4	61,2	172
Dívida interna indexada ao câmbio	-	1,0	1,6	4,3	39,9	9,5	19,2	76,7	-22,7	-3,3	-4,6	-2,2	-2,4	3,2	-2,7	117
Dívida externa - metodológico	-	0,5	2,5	2,6	29,5	8,9	11,7	71,3	-43,4	-14,7	-16,0	-4,7	23,4	-80,6	63,9	55
Dívida externa - outros ajustes	-	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,3	15,8	6,5	-1,1	2,8	-2,5	-26,4	12,9	7
Reconhecimento de dívidas	-	15,2	-0,2	15,2	14,0	8,7	44,6	6,7	0,6	6,5	3,3	-0,4	-0,6	0,1	0,6	114
Privatizações	-	-0,7	-16,3	-12,9	-9,0	-20,2	-1,0	-3,6	0,0	-0,8	-1,0	-2,0	-1,3	-0,8	-1,6	-71
Memo: PIB doze meses - valorizado	745,1	876,3	968,9	991,0	1.160,0	1.236,5	1.364,4	1.745,8	1.744,1	2.036,8	2.157,4	2.424,6	2.736,8	2.971,0	2.913,0	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: STN/COGEP/GEPEd

PRIVILÉGIOS DO SETOR FINANCEIRO

Desde o início da década de 80, o FMI dirige a política econômica e monetária adotada no país, sempre voltada ao favorecimento do capital improdutivo e especulativo que, além de usufruir dos juros mais elevados do planeta ainda lucra com diversos mecanismos que geram dívida, sem contrapartida ao país ou à sociedade.

Dentre os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida, sobressaem-se as operações com “swaps cambiais” (que deram resultado negativo de R\$ 207 bilhões entre setembro/2014 e setembro/2015, cobertos por títulos da dívida), as “Operações Compromissadas” (que já atingiram R\$1,16 Trilhão em 2017 e correspondem à remuneração diária da sobra de caixa dos bancos devido à sua troca por títulos da dívida) e a emissão excessiva de títulos da dívida para formar “colchão de liquidez” (R\$ 480 bilhões em 2015 e R\$268 bilhões em 2016, cabendo ressaltar que essa emissão exagerada exige o pagamento de juros), entre outros mecanismos insanos.

Juntos, esses mecanismos de política monetária exercida pelo Banco Central representam custo exorbitante e respondem pela fabricação da crise financeira instalada no país. Somente em 2015, os juros nominais superaram R\$ 550 bilhões, o prejuízo com swap cambial foi de R\$ 90 bilhões, a dívida interna cresceu R\$ 732 bilhões, porém, o investimento federal foi de apenas R\$ 9,6 bilhões, o que prova que o crescimento da dívida se

deu, mais uma vez, principalmente em função dos próprios juros e prejuízos com *swaps*, apesar de essas operações serem consideradas ilegais (TC-012.015/2003-0). Naquele ano, o PIB caiu quase 4%, indústria e comércio encolheram, desemprego e desocupação social atingiram mais de 70 milhões de pessoas, mas o lucro dos bancos bateu recorde, alcançou R\$ 96 bilhões e, adicionalmente, provisionaram a fortuna de R\$ 183,7 bilhões (<https://goo.gl/8rNfVZ>).

Enquanto os bancos lucraram como nunca em 2015, a crise que assolou a economia tem servido de justificativa para o avanço das privatizações e a entrega de patrimônio estratégico e lucrativo, para as contrarreformas da Previdência, Trabalhista, para aprovação de medidas inconstitucionais, como a Lei 13.436/2017 que autoriza a impressão da nossa moeda no exterior, além de drástico ajuste fiscal, que ganhou status constitucional com a Emenda Constitucional 95 e, duran-

te 20 anos, manterá todas as despesas primárias sob teto rebaixado para que sobrem mais recursos ainda para os juros da dívida.

No âmbito dos estados, a Lei Complementar 159/2017 impôs drástico ajuste fiscal em troca de moratória no pagamento da dívida dos estados à União, negociada no final da década de 90 nos moldes exigidos pelo FMI. Essa dívida já foi paga mais de três vezes, embutiu passivos de bancos privatizados e também se multiplicou pela aplicação abusiva de atualização automática (IGP-DI) e juros elevadíssimos.

Esse processo é insaciável e está aprofundando, a olhos vistos, a desigualdade social no Brasil, principal causa do aumento da violência.

PAUTA DO MERCADO

Em meio à crise que assola a população e a economia real, a pauta prioritária no Congresso Nacional é a do mercado. Entre os projetos destacados, está o PLP 459/2017 na Câmara, que visa legalizar o esquema de “securitização de créditos” que, na prática, representa a geração ilegal de dívida pública e o desvio de arrecadação tributária durante o seu percurso pela rede bancária arrecadadora, por meio de cessão fiduciária de créditos (<https://goo.gl/mKoWga>).

Outro destaque é o PL 9.248/2017, que visa legalizar a remuneração da sobra de caixa dos bancos que vem sendo feita de forma irregular por meio das “Operações Compromissadas”. O custo dessas operações nos últimos quatro anos (2014 a 2017) foi de quase R\$ 0,5 trilhão, conforme balanços publicados pelo Banco Central (<https://goo.gl/ccnrEX>), além do custo à economia do país, já que tais operações produzem escassez de moeda e empurram os juros de mercado para patamares indecentes, de mais de 300%, inviabilizando a economia real.

A independência do Banco Central também está na pauta, de tal forma que os diretores serão indicados pelo

mercado, com liberdade total para exercer a política monetária, sem se responsabilizar pelo equilíbrio da economia com a manutenção do emprego, e não poderão ser demitidos pelo presidente da República.

Consta ainda da pauta prioritária um projeto que garantirá recursos do Tesouro para socorrer bancos em dificuldades: um verdadeiro escárnio, depois de lucrarem tanto.

CONCLUSÃO

O Sistema da Dívida tem sido a justificativa não somente para a impressionante subtração de cerca de metade dos recursos do orçamento federal, mas também para a perda de patrimônio essencial por meio das privatizações, perda de direitos através de contrarreformas e implantação de mecanismos fraudulentos, como o da securitização de créditos, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, etc.

A auditoria da dívida com participação social é uma importante ferramenta que escancara a compreensão de como o Sistema da Dívida tem atuado em benefício do setor financeiro e em prejuízo da sociedade, comprometendo todos os direitos previstos na Constituição Federal.

É urgente sairmos desse inaceitável cenário de escassez, que não combina com a realidade de abundância que existe em nosso Brasil.

ENQUANTO OS BANCOS LUCRARAM COMO NUNCA EM 2015, A CRISE QUE ASSOLOU A ECONOMIA TEM SERVIDO DE JUSTIFICATIVA PARA PRIVATIZAÇÕES, ENTREGA DE PATRIMÔNIO, CONTRARREFORMAS, ALÉM DE DRÁSTICO AJUSTE FISCAL
